

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2014

(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre auditoria realizada no Sistema Elétrico Brasileiro que apontou fortes indícios de que a geração de energia brasileira é estruturalmente insuficiente para garantir a segurança energética do país.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com fundamento no art. 71, inc. VII da Constituição Federal, e nos termos regimentais, que seja encaminhado ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, pedido de informação sobre auditoria realizada no Sistema Elétrico Brasileiro que apontou fortes indícios de que a geração de energia brasileira é estruturalmente insuficiente para garantir a segurança energética do país.

Nesse sentido, solicito que seja encaminhada cópia da referida auditoria.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou "sérios indícios" de que a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil é insuficiente, o que pode levar a dificuldades para atender à demanda dos consumidores no futuro. O relatório aprovado diz que não há como garantir segurança energética com base em parâmetros fixados pelo Conselho Nacional de Política Energética

(CNPE), órgão que assessora a Presidência da República no planejamento e implantação de medidas para o setor.

O TCU cita algumas causas para o problema, como possíveis falhas no planejamento da expansão da capacidade de geração; superavaliação da garantia física das usinas; indisponibilidade de parte do parque termelétrico; e atraso na entrega de obras de geração e transmissão de energia.

A origem de muitos dos problemas identificados por auditores do tribunal de contas foi localizada na medida provisória 579, de 2012, editada pela presidente Dilma Rousseff para permitir o desconto na conta de luz, anunciado em 2012.

Para os auditores, alguns fatores ainda afetam, de forma indireta, a segurança energética no País. Um deles é a redução de receita das geradoras de energia "além do suportável", devido à referida MP que mudou regras de concessões para dar descontos na conta de luz.

Para os auditores, também impactam o cenário de oferta de energia no futuro fatores como o provável aumento da tarifa, nos próximos anos, devido à necessidade atual de comprar energia de usinas térmicas, mais cara que a de hidrelétricas. Além disso, outra questão que contribui para o problema é o déficit de geração, que o governo começou a resolver com leilão na semana passada.

Sala das sessões, 20 de maio de 2014.

Deputado **Arnaldo Jardim**
PPS/SP